

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
AI FGC

Distribuição gratuita

Força-tarefa deve intensificar combate à dengue em SC

Medida é uma das aprovadas em audiência pública promovida pela Comissão de Saúde para fechar cerco à doença no estado, que tem registrado “casos importados” de outras regiões



Divulgação Agência Brasil

Em todo país, agentes sanitários trabalham para conscientizar a população que prevenção é o melhor caminho

Santa Catarina é o único estado do país sem transmissão autóctone da doença, ou seja, que não foi contraída aqui. Isso não significa, no entanto, que não haja casos de dengue detectados no território catarinense. Eles são conhecidos como “casos importados”, já que são contraídos em outros estados e as pessoas infectadas acabam recebendo aqui o tratamento adequado.

No período de janeiro de 2003 a janeiro de 2006, foram notificados 1.051 casos, sendo 170 confirmados. Até julho deste ano foram detectados 409 casos suspeitos, sendo 109 comprovados. Para discutir medidas e estratégias de combater a doença no estado, a Comissão de Saúde realizou audiência pública.

Páginas 6 e 7

Aprovados

Autorizadas reclassificação de comarcas e criação de 45 cargos no Ministério Público

Página 8

Assembléia garante avanços para portadores de necessidades especiais

Página 9

Fibrose cística ganha dia de prevenção no estado

Página 9

SESSÕES SOLENES

Colombo Salles, Renal Vida, Palestinos e Núcleo de Estudos Negros são homenageados

Eduardo Guedes de Oliveira



A Assembléia realizou sessão solene, dia 22, para destacar a trajetória política e pessoal do ex-governador Colombo Salles, que ganhou biografia assinada pelo jornalista Moacir Pereira. No dia 26, a homenagem foi para o Núcleo de Estudos Negros, que completou 21 anos. No dia 27, o destaque foi para a Associação Renal Vida. E no dia 28, foi homenageado o povo palestino.

Páginas 3 e 4

Eduardo Guedes de Oliveira



Estudantes do Oeste reivindicam regulamentação do artigo 171 das bolsas de estudo

Página 5

OPINIÃO

Iniciativa privada e ressocialização de presos

Apresentei esta semana um novo projeto de lei, que pretende autorizar o Executivo a privatizar unidades prisionais no Estado. Semana passada, em visita ao Chile, pude conhecer uma unidade prisional que funciona neste molde em Rancaguá, cidade situada cerca de 100 quilômetros ao Sul de Santiago. Lá, em quase três anos de funcionamento, houve avanço na reinserção de ex-apanados no mercado de trabalho, a atividade laboral dos presos permite a progressão das penas e nunca mais aconteceram rebeliões.

No Chile já existem cinco presídios que são administrados por empresas. Elas ganham licitações, constroem os prédios e prestam serviços na chamada área de hospedagem, na alimentação e limpeza. Com apoio de agentes públicos são ensinadas atividades profissionalizantes. E os presos, ou reeducandos, além de reduzir

penas com o trabalho também obtêm renda, que beneficia suas famílias.

Onde estive estão alojados 1,8 mil presos e não há superlotação, porque a administradora da unidade tem um contrato rígido e penalidades se ultrapassar os limites. Há, também, regras claras sobre o regime de segregação de apenados por sexo e de acordo com os crimes que cometeram. Assassino e traficante não se misturam a ladrão de galinhas. Evita-se a universidade do crime.

O estado gasta com o sistema penal algo que não é muito diferente daquilo que era canalizado quando a administração era unicamente pública. E lá, como ainda existem os dois sistemas – o novo e o velho – já podem se observar diferenças gritantes. Então, usando aquele velho chavão que adapta o princípio de Lavoisier, que diz que na natureza nada se

cria, tudo se copia, pergunto por que não adaptar o sistema para a nossa realidade?

Hoje temos o caos na maior parte do sistema prisional e inúmeros relatos de desrespeito à Lei de Execução Penal. A superlotação é uma realidade dos presídios e das cadeias públicas. E não há como promover ressocialização num ambiente que despreza regras de valorização da atividade laboral, onde o ócio não criativo só induz a pensamentos perversos: o próximo plano de fuga ou de rebelião. Afinal, bem diz o dito popular: cabeça vazia, oficina do diabo.

Nossa meta é colaborar com a sociedade, apresentando um novo projeto de modelo de gestão administrativa para discutirmos o sistema carcerário. O debate está aberto.

Deputado Edson Piriquito (PMDB)

Uma sentença de morte social

Sobrevoa o complexo sistema prisional brasileiro uma perspectiva sombria. Na contramão do sermão modernista, do progresso das ciências, da globalização, dos discursos em favor das minorias e das igualdades racial e social, o projeto prisional mergulha nas sombras, onde se reprime o direito à dignidade humana e se marginaliza grupos que anseiam a reintegração com a sociedade.

Essas contradições estão espalhadas pelas cadeias públicas e penitenciárias de todo o país, refletindo a mesma realidade em Santa Catarina. Em Itajaí, a insegurança cresce na mesma proporção do crescimento econômico. Soma-se a isso a barbárie de uma cadeia pública encravada no Centro da cidade, amontoando 559 detentos num espaço com capacidade máxima para 198. Em números aleatórios, significa dizer que mais de sete presos (dos mais diversos níveis de periculosidade)

convivem num cubículo de pouco mais de dois metros quadrados, dividindo o espaço com colchões, travesseiros, roupas, televisores – uma flagrante ilegalidade do descumprimento da Lei de Execuções Penais.

O futuro de parte destes detentos (aqueles com sentença já proferida) será a transferência para uma nova penitenciária na região rural da cidade – construção prometida para 2005 e só agora em processo licitatório. À luz da realidade, um futuro que podemos dizer estar bem longe, uma distância que precisará superar a burocracia e lentidão que imperam no sistema político-administrativo brasileiro. Seria arriscado propor quanto tempo teremos que esperar até que esteja construída a nova penitenciária (com capacidade para 360 detentos), mas não corremos risco em lastimar que a construção já nascerá deficitária.

Mais uma vez trago os números para que a população catarinense possa fazer uma reflexão do drama que vivem estes “amontoados” presos, das condições subumanas e da inversão de lógica na solução de um problema nacional. A lógica, pelo que determinam os maiores cientistas da área, é a de que o estado cumpra o seu papel de ressocialização do apenado, resgatando-o para o novo convívio com a sociedade e, por conseqüência, diminuindo os índices de violência no país.

Cumprir as recomendações contidas nas regras mínimas para o tratamento de prisioneiros é, sem dúvidas, um grande passo. Mas o maior deles é eliminar a tão conhecida lentidão governamental, que irrefutavelmente é quem condena o preso a uma morte social.

Deputado Jandir Bellini (PP)

1ª Jornada Maria da Penha em Florianópolis

Neste sábado, 1º de dezembro, às 13 horas, Maria da Penha estará no Centro Multiuso de São José. É a primeira vez que a mulher que inspirou a criação da Lei 11.340, de combate à violência doméstica e familiar, vem a Santa Catarina.

A 1ª Jornada Maria da Penha é promovida pelo Conselho Estadual de Direitos da Mulher (Cedin),

Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, Ministério Público de Santa Catarina, Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, Comissão Estadual de Direitos Humanos da OAB, Associação das Donas de Casa e Fundação Nova Vida. Oportunidade única de conhecer a história vivida por Maria da Penha.

[AGENDA]

• 3 de dezembro, 14 horas: Comissão de Saúde – Audiência pública “Questão das disposições legais sobre a suspeita de adulteração de leite em Santa Catarina”

Local: Sala das Comissões

• 3 de dezembro, 19 horas: Abertura da exposição da Associação dos Portadores da Síndrome de Down - Amigo Down

Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho

• 3 de dezembro, 19 horas: Comissão de Educação – Audiência pública “Copa do Mundo 2014, tendo Florianópolis como uma das sedes”

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• 3 de dezembro, 19 horas: Sessão solene para abertura do 2º Congresso Fórum Ítalo-Brasileiro de Imprensa

Local: Plenário Osni Régis

• 4 de dezembro, 9 horas: Comissão de Saúde - Audiência pública “Análise e divulgação do relatório trimestral do SUS”

Local: Sala das Comissões

• 4 de dezembro, 19 horas: Sessão solene 80 anos da Academia de Polícia Militar da Trindade

Local: Plenário Osni Régis

• 5 de dezembro, 14 horas: Comemoração dos dois anos de aprovação da Lei nº 13.633, que institui o Fundosocial destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social – Apaes

Local: Plenário Osni Régis

• 5 de dezembro, 19 horas: Comissão de Ética e Decoro Parlamentar – Ciclo de Debates “Corrupção - Ações preventivas e repressivas”

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• 6 de dezembro, 19 horas: Sessão especial em homenagem à Fundação Fênix

Local: Criciúma Clube - Criciúma

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Branganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Ariana Barbosa, Cláudia Búrigo de Menezes, Diego Marcos Xavier, Diogo Evandro Ferreira e Robson Ribas.

Assembléia homenageia Colombo Salles

Solenidade marca lançamento de biografia do ex-governador, assinada pelo jornalista Moacir Pereira, resgatando trajetória pessoal e política

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Entre as autoridades, prefeito Dario Berger, governador Luiz Henrique, deputada Angela e ex-governador Amin

Com o Plenário repleto de autoridades, foi realizada dia 22, na Assembléia Legislativa, sessão solene em homenagem ao ex-governador Colombo Machado Salles. Na solenidade, foi lançado o livro *Colombo Salles: O Jogo da Verdade*, de autoria do jornalista Moacir Pereira, retratando a trajetória pessoal e política do homenageado.

Na cerimônia foi exibido um vídeo produzido pela TVAL sobre a vida de Salles. Hoje com 81 anos, ele exerceu vários cargos técnicos e administrativos antes de assumir o governo catarinense. Elaborou trabalhos

na área de portos e canais em diversos estados, além de ter sido diretor-geral do extinto Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. Indicado pelos militares para governar Santa Catarina entre 1971 e 1975, Salles também exerceu a carreira de professor em várias universidades, tendo recebido condecorações nacionais e internacionais.

Requerida pelo Parlamento, Associação Catarinense de Imprensa, Academia Catarinense de Letras, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA

- SC), Instituto Histórico e Geográfico do Estado e com apoio cultural do grupo belga Suez Tractebel, a sessão foi presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT). A mesa da sessão foi composta por Ana Paula e Colombo Salles, além do governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira; do prefeito de Florianópolis, Dário Berger, da deputada federal Angela Amin (PP/SC); do presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, José Carlos Pacheco; do presidente do CREA -SC, Raul Zulcatto; do ex-governador Casildo Maldaner e do jornalista Moacir Pereira.

Luiz Henrique destaca lucidez administrativa

Diversas autoridades fizeram uso da palavra para destacar as qualidades do homenageado e sua trajetória como ex-governador catarinense. O governador Luiz Henrique da Silveira referiu-se a Colombo Salles como um dos maiores símbolos de lucidez na administração de Santa Catarina. Quando líder de bancada na Assembléia, de acordo com Luiz Henrique, fazia forte oposição ao governo de Salles, entretanto, "soube discernir a tempo o que era importante para o Estado".

Segundo a deputada Ana Paula Lima, basta conhecer a história de Santa Catarina para, em sua avaliação, percebermos que ela tem "a digital do ex-governador". Conforme a deputada, Salles foi responsável por avanços na área de telecomunicações

que até hoje contribuem para o desenvolvimento do estado. "Ele representa um dos maiores símbolos de correção política do Estado."

Livro

De acordo com Moacir Pereira, autor da biografia, a homenagem é marcante, tendo em vista que a vida de Salles foi pautada pela ética. Além de recuperar fatos políticos e administrativos relacionados com o processo de escolha indireta para governar o Estado, a obra traz fatos inéditos ocorridos antes e depois da posse. Documentos oficiais que tratam do Projeto Catarinense de Desenvolvimento, o plano de ação do ex-governador, são analisados no livro.

A documentação fotográfica inclui material do arquivo da família desde a infância do homenageado em Laguna.



Luiz Henrique abraça Colombo Salles



Autor do requerimento para solenidade, Merísio salienta voluntariado

Sessão solene enaltece trabalho da Renal Vida

Portadores de deficiência renal e seus familiares, autoridades e convidados, compareceram à sessão solene no dia 27, na Assembléia Legislativa, que homenageou a Associação Renal Vida, atendendo proposição do deputado Gelson Merísio (DEM). O presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), coordenou a solenidade.

O deputado Merísio foi o primeiro a falar e, em nome das bancadas da Assembléia, enalteceu o trabalho desenvolvido pela associação em prol dos que necessitam de atendimento especial por serem vítimas de doenças renais. "Meus cumprimentos pelo gesto significativo e belo da atividade voluntária", destacou.

Parceria

Em seguida, o representante dos pacientes renais crônicos e transplantados do Vale do Itajaí, Paulo Amorin, falou da luta dos que sofrem de algum tipo de enfermidade renal e da parceria com a Associação Renal Vida. O presidente da Associação Renal Vida, o médico Itamar

de Oliveira Vieira agradeceu a homenagem prestada pelo Parlamento estadual e lembrou de todo o trabalho desenvolvido pela associação desde o início de suas atividades, em 2 de julho de 2003, com equipes em Blumenau, Rio do Sul, Itajaí e Timbó. "Nós não existiríamos sem a solidariedade com as pessoas necessitadas, como é o deficiente renal. As grandes obras são executadas não pela força, mas pela perseverança", afirmou.

Itamar recebeu placa em nome do Parlamento por seu trabalho de excelência no atendimento humanitário aos doentes renais e familiares, pela humanização do atendimento, ações preventivas, diagnóstico e pesquisa científica. Em reconhecimento ao trabalho pioneiro na área nefrológica, também recebeu a homenagem da Assembléia o médico Humberto Rebello Narciso. Em retribuição ao gesto, o presidente Julio e o deputado Merísio foram homenageados pela Associação Renal Vida, assim como Paulo Amorin, que representou os pacientes renais.

Homenageados

- Deputada Ana Paula Lima (PT)
- Deputado Manoel Mota (PMDB)
- Vereador Dionísio Maçaneiro (DEM)
- Dr. Marcelo Monteiro
- Dr. José Maurício Carrenho
- Dr. José Carlos Arenhardt
- Dr. Joel de Andrade
- Irmã Ana Luzia Schmitz
- Tenente-coronel Edioner Paes
- Wilson Loos
- Paulo Luckmann
- Sérgio Popper
- Norma Regina Santos
- Mário Júnior Heinzen
- Lori Santo Gracietti

INSTITUCIONAL

Parlamento brinda os 21 anos do Núcleo de Estudos Negros

Solenidade destaca trabalho realizado por entidade na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação

Eduardo Guedes de Oliveira



Requerida pelo deputado Uczai, sessão homenageia lideranças

Com sessão solene realizada dia 26, o Parlamento brindou os 21 anos do Núcleo de Estudos Negros (NEN). Requerida pelo deputado Pedro Uczai (PT), a solenidade destacou os serviços prestados pela entidade fundada em 1986, e que atua a serviço do Movimento Negro de Santa Catarina. Há 21 anos reúne estudantes universitários e militantes da etnia negra na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação racial e social.

A atuação do NEN está focada na busca de políticas públicas para igualdade de oportunidades. O NEN, a partir de seus estudos e pesquisas, busca assegurar o desenvolvimento sustentável nas comunidades negras, urbanas e rurais.

Uczai falou da alegria e da experiência positiva que estes 21 anos sintetizam. Lembrou que a monografia de sua primeira graduação foi relacionada ao estudo da

cultura negra, que tem como um dos seus pontos fortes a luta contra a dominação.

O secretário executivo do NEN, João Carlos Nogueira, destacou o início das atividades em 6 de novembro de 1986, mas comentou que a luta é de muito mais antiga. Comentou que a marca fundamental está na militância, com sua resistência de um lado e conquistas de outro.

A população negra do Brasil é a segunda maior do mundo, depois da Nigéria, representando 40% da população brasileira. "O NEN não só está colocando na pauta da Assembleia Legislativa a história de 21 anos, mas a de seus militantes, que auxiliaram na construção da solidez do movimento. A cada dia estamos fazendo um Brasil do nosso jeito, com a nossa cara. É desta maneira, com muita persistência, que buscamos, a igualdade", afirmou Nogueira.

A coordenadora geral do Núcleo de Estudos Negros, Joana Célia dos Passos, comentou que a sessão reafirma o compromisso de combate a todas as formas de racismo e preconceito.

NEN faz resgate histórico e apresenta programas

Durante a solenidade, o NEN fez uma apresentação institucional, homenageando os que participaram da fundação da entidade e ainda hoje atuam na luta contra o racismo e as discriminações.

Também foram apresentadas as principais atividades do núcleo, como o Programa de Justiça e Direitos Humanos, que tem como objetivo atender as vítimas de violência racial através de uma rede de solidariedade.

Outras ações desenvolvidas pelo programa são Rede SOS Racismo, Atendimento psicossocial e racial, Dossiê Racismo em Santa Catarina, e o Projeto Direitos Humanos e Justiça Participativa, que, através do Curso de Promotores Legais Populares, forma lideranças comunitárias em direitos humanos e cidadania, na perspectiva de torná-los multiplicadores dos conhecimentos adquiridos nos

bairros periféricos, entre outros.

O Programa Desenvolvimento, Trabalho e Cidadania discute, apresenta e faz propostas que incluam a população negra na ótica do desenvolvimento com sustentabilidade. Há, ainda, o Programa de Educação para capacitar educadores na compreensão das relações raciais - como direitos humanos na sociedade e na escola.

Durante a solenidade, inicialmente presidida pelo deputado Julio Garcia (DEM), que depois passou os trabalhos para Pedro Uczai, foram homenageadas, pela luta histórica contra o racismo e discriminação, as seguintes pessoas: Vicente Francisco do Espírito Santo, Dora Lúcia Bertúlio, Jeruze Romão, Elisabete Farias, Lino Peres, Vereador Márcio de Souza, Aluísio dos Reis, Ivan Costa Lima e Paulino de Jesus Francisco Cardoso.

Povo palestino é homenageado

Uma sessão solene realizada dia 28, no Plenário da Assembleia Legislativa, teve o objetivo de fortalecer laços de fraternidade entre o povo brasileiro, especialmente o catarinense, e o palestino. A iniciativa foi do líder do PPS, deputado Professor Sérgio Grando. Para ele, "falta fraternidade" e promover uma sessão especial no Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino é "uma honra para os brasileiros". Diversos representantes palestinos, autoridades e a sociedade em geral participaram do ato.

Ao abrir a sessão, o Professor Grando destacou que, além de homenagear, a solenidade teve propósito resgatar a história de um povo sofrido que encontrou vida digna em terras brasileiras. "O repúdio à expulsão de palestinos de suas terras começou em 1948, quando a ONU assinou o decreto 181 retirando 56% do território palestino, entregando a área às colônias judaicas.

Diante do fato, em 1967 o Estado de Israel aproveitou a Guerra dos Seis Dias para reforçar a invasão da palestina. A partir daí, vários

apelos passaram a ser realizados, tornando-se manifesto público por uma 'Palestina Livre' sem violência", resgatou Grando.

Representando a Comunidade Árabe-Palestina em Santa Catarina, Kader Othman salientou que a ocupação brutal do estado sionista de Israel perdura há 57 anos. "Muitos palestinos refugiados carregam sua dor e indignação contra o terrorismo político dos sionistas. Por isso,

sindicalistas, juventude e população em geral, inconformados com as atrocidades que metralha milhares de pessoas, lutam para que essa injustiça tenha fim", comentou.

De acordo com Serge Goulart, responsável pelo setor de Relações Internacionais do Comitê Catarinense de Solidariedade ao Povo Palestino, criado em 2002, "aproximadamente três milhões de palestinos sofrem com as guerras".

Alberto Neves



Sessão requerida por Professor Grando fortalece laços de fraternidade

Refugiado agradece solidariedade brasileira

Integrante da Comunidade Islâmica de Santa Catarina, Sheikh Amin Karam disse que "todos os homens são iguais, independente do povo ao qual pertençam". Ele afirmou que a humanidade está convocada a se unir diante dos conflitos mundiais na luta do bem contra o mal. "Cabe a nós sermos solidários e fraternos para termos uma sociedade igual em direitos e deveres. Só temos a agradecer a sociedade catarinense, que acolheu nosso povo buscando promover a paz mundial", lembrou.

Na condição de refugiado palestino acolhido pelo Brasil depois de passar três anos no Campo de Rueished, na fronteira do Iraque, o senhor Issam Isa revelou que, diante de tanta violência, o Brasil veio ao encontro do povo palestino. "Sem perguntar quem éramos, nos acolheu e sem preconceitos marcou positivamente o coração dos refugiados."

Isa reafirmou que esse é o momento de agradecimento ao governo brasileiro pela acolhida aos refugiados palestinos no Brasil. "Este gesto demonstra o caráter humanitário do governo brasileiro. Temos orgulho de poder fazer parte da história e do crescimento desse país", destacou.

Para Nildomar Freire, presidente do comitê, essa é uma luta justa que conta com o apoio e a simpatia do povo brasileiro. "É preciso reforçar alguns posicionamentos para que as comunidades palestina e árabe em geral tenham uma vida normal no Brasil", colocou.

Na oportunidade, o ex-embaixador da palestina no México, Fawzi El Mashini, se mostrou grato ao Brasil, em especial ao governo de Santa Catarina, pela capacidade de receber os refugiados, atribuindo ao povo brasileiro o título de "homens generosos".

INSTITUCIONAL



Carlos Kilian

Comissão de Saúde realiza audiência em Jaraguá do Sul para discutir doenças como LER e DORT

Audiência pública trata de doenças do trabalho

Reunião debate perícia para avaliar lesões por esforço repetitivo

Por iniciativa do deputado Jailson Lima (PT), a Comissão de Saúde realizou, dia 22, audiência pública em Jaraguá do Sul para discutir perícia médica em relação a doenças resultantes do esforço repetitivo. O parlamentar, que é médico do trabalho, lembra que a intenção é defender o trabalhador lesionado e chamar a atenção dos que não têm problemas para que participem de campanhas.

Como resultado do encontro, foi elaborado um documento a ser enviado aos peritos, governos municipais e Ministério Público que servirá como pauta de trabalho para 2008. Também deverão ser realizadas audiências

em Blumenau e Joinville.

Jailson destaca que, para discutir Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), é necessário avançar na mudança de conceitos e posturas. Mais do que isso, é preciso ter uma unidade entre as associações de portadores de doenças profissionais, sindicatos, serviços públicos, médicos e muitos outros setores.

Representante da Comissão de Saúde, o deputado Kennedy Nunes (PP) defendeu a ampliação do debate, levando em consideração os focos patológicos e jurídicos.

Representando o prefeito Moacir Bertoldo, Alire José Bertoldi

destacou a importância do debate. "Temos de fazer a prevenção necessária para defender a integridade física do nosso trabalhador. Em nome do prefeito Moacir Bertoldo, a prefeitura não ficará parada, mesmo com todas as dificuldades que se tem de motivar o servidor."

O deputado Jailson Lima lembrou que já teve reclamações em relação a seus laudos na Superintendência do INSS. Para a presidente da associação, Ângela Cervini, as reclamações são geradas pela falta de reconhecimento, por parte de alguns peritos e médicos, da existência das doenças de esforço repetitivo em milhares de trabalhadores de Santa Catarina.

Estudantes do Oeste pedem mais bolsas de estudo

Dezenas de estudantes universitários da região Oeste pediram, em Chapecó, a regulamentação imediata do Artigo 171 da Constituição Estadual, que prevê o repasse de aproximadamente R\$ 46 milhões para novas bolsas de estudo de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. A manifestação foi durante uma audiência pública realizada pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa de Santa Catarina na Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó).

A audiência pública, proposta pelo deputado Pedro Uczai (PT), contou ainda com a participação de professores e dirigentes de várias instituições de ensino da região. Uczai é o autor do Artigo

170 da Constituição Estadual, que hoje garante bolsas de estudo para cerca de 18 mil estudantes do ensino superior no estado. Este ano, o parlamentar apresentou um Projeto de Lei para regulamentar o Artigo 171, possibilitando que novos estudantes acessem a faculdade e outros continuem seus estudos na pós-graduação e na pesquisa.

O Artigo 171 estabelece que 2% da renúncia fiscal do Estado, hoje em R\$ 2,3 bilhões, sejam destinados para um Fundo de Apoio ao Ensino Superior. O problema é que esse fundo não foi criado, o que impossibilita o repasse dos recursos para bolsas de estudo. Por isso, Uczai destaca que o primeiro passo para viabilizar o Artigo 171 é a criação do Fundo, que já teria 70% dos seus

recursos com destino definido: são 20% para bolsas de pesquisa e extensão; 20% para bolsas de pós-graduação; e 30% para bolsas de graduação para alunos carentes. Os 30% restantes foram vetados pelo governador, e são objeto de diferentes propostas parlamentares. O projeto de lei apresentado por Uczai pretende garantir a criação do Fundo e a aplicação imediata dos 70% dos recursos já definidos. Do percentual vetado, Uczai defende 20% para bolsas de licenciatura e 10% para a Udesc no oeste.

O objetivo do parlamentar é aprovar o Artigo 171 até o final deste ano. Por isso, uma série de audiências públicas, plenárias e reuniões está sendo realizada em universidades de todo o estado.



CONHEÇA O LEGISLATIVO

SALA DE IMPRENSA

A Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, vinculada à Diretoria de Comunicação Social, visa garantir através de espaço físico, equipamentos e funcionários estrutura básica para atender as demandas dos veículos de comunicação que fazem a cobertura jornalísticas das atividades no Parlamento.

Criada há 20 anos, na legislatura do ex-deputado Juarez Furtado e reformada pelo atual presidente, deputado Julio Garcia (DEM), a Sala de Imprensa dispõe de acomodações para entrevistas individuais ou coletivas, iluminação adequada às gravações de televisão, telefones, fax e microcomputadores ligados à internet, através dos quais os repórteres podem, além de escrever suas matérias, enviá-las às redações de seus veículos.

Através da Sala de Imprensa também é feito o atendimento pessoal aos jornalistas e a distribuição de Ordem do Dia, cópias de projetos, relatórios de matérias que tramitam na Casa, informações sobre o funcionamento e procedimentos regimentais do Parlamento, relações dos membros da Assembléia, Mesa Diretora e Comissões, pesquisas na internet e divulgação de temas importantes que estejam sendo tratados na Casa.

Conforme a Chefe da Sala de Imprensa, Jamile Machado, lá também são realizadas entrevistas coletivas convocadas pelas assessorias dos deputados e dos partidos políticos. É um espaço aberto, também, a autoridades de todos os níveis, bem como pessoas que desempenham papel importante na sociedade civil organizada. Exemplo disso foram coletivas de senadores da República, candidatos à presidência da República e personalidades como o cineasta Cacá Diegues.

Fonte: Sala de Imprensa

COORDENADORIA DE APOIO AO PLENÁRIO

Com a finalidade de planejar, executar, controlar e avaliar as atividades de apoio e de assessoramento técnico-processual, a Coordenadoria do Plenário atua no que diz respeito à condução dos trabalhos legislativos e, em especial, ao presidente na direção das reuniões de Plenário.

A coordenadoria, criada pela resolução n.º 001/06, também assessora no processo de discussão e votação do Plenário e presta os mais diversos esclarecimentos sobre dispositivos do Regimento Interno.

O coordenador José das Neves Filho explica que o setor pretende, em médio prazo, ampliar a atual estrutura física, de acordo com a viabilidade de espaço para dar mais agilidade e eficiência dos trabalhos.

Também são atribuições da Coordenadoria:

- Informar sobre as comunicações de lideranças, a indicação e a designação de membros de comissões, a composição das bancadas e demais assuntos afetos às atividades desenvolvidas no Plenário;
- Avaliar a documentação, o número de assinaturas e os demais requisitos necessários para que uma proposição possa ser recebida;
- Supervisionar a execução dos serviços inerentes a ordem do dia;
- Confeccionar as atas sucintas das sessões plenárias;
- Receber a inscrição dos deputados para pronunciamento em Plenário;
- Coordenar a realização das sessões solenes e especiais.

Fonte: Coordenadoria de Apoio ao Plenário

ESPECIAL

SC fecha cerco ao mosquito da dengue

Divulgação Genilton Faria



Audiência pública aprova criação de força-tarefa e cartilha para combater a doença no estado

Denise Arruda Bortolon

Santa Catarina é o único estado do país em que não há transmissão de dengue. Isso não significa, no entanto, que não haja casos de dengue detectados aqui. Eles são conhecidos como "casos importados", já que são contraídos em outros estados e as pessoas infectadas recebem aqui o tratamento adequado. Os dados foram apresentados pelo diretor de Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina, Luiz Antonio da Silva.

Para manter o estado sem contaminações, a deputada Odete de Jesus (PRB) pediu à Comissão

de Saúde uma audiência pública com representantes do Ministério Público (MP) estadual, da Secretaria de Estado da Saúde e das secretarias de saúde dos municípios para apresentar proposições que tornem o trabalho de prevenção da doença mais eficaz em Santa Catarina.

Entre as propostas aprovadas na audiência, estão a inclusão de agentes de saúde e de estudantes das redes pública e privada na prevenção da doença; a criação de uma força-tarefa, com a participação da Marinha, Aeronáutica, Exército e as polícias Rodoviária e Ambiental; a elaboração de uma

cartilha para os agentes comunitários de saúde e estudantes, patrocinada pelas prefeituras municipais, e a elaboração de um Plano de Ações Integradas para todo o estado.

De janeiro até novembro de 2007 foram detectados no Brasil 481 mil casos, sendo 1.076 de febre hemorrágica, resultando em 121 óbitos. Desde 1986, o Brasil vem convivendo com epidemias. No mesmo período de 2006, foram notificados 159.948. Os estados mais atingidos são Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e São Paulo.

Estado registra apenas casos "importados" de outras regiões

A dengue é uma doença infecciosa, febril, aguda, não contagiosa, causada por quatro sorotipos de vírus (DENV1, DENV2, DENV3 e DENV4). No Brasil, o DENV4 ainda não foi detectado, porém é facilmente encontrado nas Guianas e na Venezuela, devido ao clima.

Santa Catarina é o único estado do país sem transmissão autóctone da doença, ou seja, que não foi contraída aqui, entretanto registra casos suspeitos permanentemente, que são confirmados por critério laboratorial e classificados como importados. No período de janeiro de 2003 a janeiro de 2006 foram notificados 1.051 casos, sendo 170 confirmados. Até julho deste ano foram detectados 409 casos suspeitos, sendo 109 deles comprovados.

Luiz Antonio da Silva esclareceu que as notificações correspondem a catarinenses que foram para outros estados e voltaram infectados ou de moradores

de outros estados que entram no estado com a doença.

A Vigilância Epidemiológica está vinculada à Secretaria de Estado da Saúde. Ela é responsável pelo Programa de Combate à Dengue, que conta com dois técnicos de nível central; três supervisores; 15 supervisores regionais; 715 agentes de campo municipais; 155 supervisores de campo municipais e 28 técnicos de entomologia. O programa está instalado nos 293 municípios.

O diretor da Vigilância Epidemiológica explicou que cabe aos agentes identificar os focos e agir num raio de 300 metros para evitar a infecção e procriação do mosquito. Em 2005, foram instaladas redes de armadilhas para larvas, uma a cada 100 imóveis, em todos os municípios, num total de 17.640 inspeccionadas semanalmente, totalizando 917.280 visitas por ano. "É a grande vantagem do sistema de vigilância de Santa Catarina", comentou.

O cuidado dedicado aos denominados pontos estratégicos, que por suas características próprias são prováveis criadouros do mosquito, como casa de material de construção, cemitérios, borracharias e ferros-velhos, também faz parte do programa.

Cerca de 7,3 mil locais são inspeccionados quinzenalmente, totalizando 176.016 visitas por ano. "Com estas ações detectamos um aumento de 386 focos em 2006 para 971 focos em 2007", relatou.

Só no município de Chapecó foram encontrados mais de 50% dos focos neste ano. O grande número de ferros-velhos e desmanches, no Centro da cidade, são apontados como criadouro do mosquito. "Depois de visitas dos supervisores, os depósitos modificaram suas estruturas para eliminar os focos. As peças foram reorganizadas de maneira que não acumulem água e em local coberto", contou Luiz.



Divulgação Anthony Érico Guimarães

De janeiro a novembro, foram notificados 481 mil casos no Brasil; 1.076 de febre hemorrágica, com 121 óbitos

Jonas Lemos Campos



Requerida pela deputada Odete de Jesus e realizada pela Comissão de Saúde, reunião traçou ações de combate

MP recomenda vigilância

O Ministério Público do Estado é um dos parceiros do programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde. A meta é envolver os promotores numa maior vigilância sobre as ações dos prefeitos e dos agentes privados dos municípios.

O promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações do MP, Leonardo Henrique Marques Lehmann, ressaltou que após receber os dados com o aumento dos casos em SC, decidiu municipalizar os promotores para que atuem nas comarcas do estado na prevenção da dengue, antes do verão chegar.

"Detectamos que havia comarcas com focos do mosquito, com atividades paralisadas e com baixo percentual de armadilha. O número de focos praticamente triplicou em 2007. Estamos passando por um risco iminente de casos autóctones", explicou Leonardo.

O MP elaborou uma minuta de recomendação para que os municípios que não tivessem implantado o programa o fizessem

imediatamente, correndo o risco de uma ação civil pública. "Os particulares que também não aderiram ao programa, que possuem depósitos que não se adequaram ao modelo que evite a reprodução dos mosquitos também podem sofrer a sanção."

Para o promotor, mudanças de hábitos diários são importantes, bem como ações dos órgãos públicos.

Em nome do Sindicato dos Agentes de Saúde Comunitários e Endêmicos de Florianópolis, a presidente Silvana Teixeira reclamou do tratamento diferenciado que recebem da SES.

"Estamos à mercê, quem vai resguardar a saúde do trabalhador? Trabalhamos oito horas por dia, carregando uma sacola com 12 quilos e recebemos um salário mínimo", relatou.

Silvana sugeriu uma audiência pública para discutir a regulamentação da Emenda Constitucional 51/06 e da Lei 11.350/06, que efetiva os agentes comunitários. A proposta foi acatada pela deputada Odete de Jesus.

Previna-se

- Coloque areia nos pratinhos das plantas;
- Remova duas vezes por semana a água acumulada em folhas de plantas, como as bromélias;
- Coloque tampinhas de garrafas, cascas de ovos, latinhas, embalagens e copos plásticos, ou qualquer objeto que possa acumular o mínimo de água, em saco plástico. Feche bem o lixo;
- Mantenha as lixeiras tampadas;
- Lave com escova os potes de comida e água dos animais um vez por semana, no mínimo;
- Deixe a tampa do vaso sanitário fechada e dê descarga no mínimo uma vez por semana em banheiros pouco usados;
- Coloque cimento nos cacos de vidro dos muros;
- Mantenha ralos fechados e desentupidos;
- Retire água acumulada da laje;
- Guarde os pneus secos e cobertos ou preencha-os com areia;
- Mantenha as calhas para água da chuva desentupidas;
- Retire a água e limpe as bandejas externas da geladeira;
- Deixe os depósitos para guardar água sempre tampados;
- Guarde as garrafas com o gargalo para baixo;
- Trate a água de piscinas com cloro e limpe-as uma vez por semana.

Conheça a doença

A dengue é transmitida pelo mosquito Aedes Aegypti infectado com o vírus da doença. Os sintomas são febre, dor de cabeça, dor no corpo e dor por trás dos olhos. A pessoa infectada pode apresentar ainda dor nas juntas e manchas vermelhas na pele. Caso sinta alguns desses sintomas é fundamental que procure a unidade de saúde mais próxima e tome líquidos em abundância. Evite o uso de medicamentos a base de ácido salicílico, como

aspirina, AAS, melhoral.

O combate tem que ser feito todos os dias, pois os ovos continuam vivos por até um ano. A melhor forma de evitar a doença é impedindo a reprodução do mosquito. Para isto, é preciso impedir o acúmulo de água nos locais onde ele gosta de colocar seus ovos, como pneus, latas, garrafas plásticas, vasos de planta, caixas d'água destampadas, piscinas não tratadas

Fonte: SES



Jonas Lemos Campos

Comitiva de italianos é recebida pelo Fórum Ítalo-Brasileiro

Italianos buscam intercâmbio com SC

Dentro das comemorações do bicentenário de nascimento de Giuseppe Garibaldi, a Assembléia Legislativa promoveu dia 28, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, um encontro entre italianos e catarinenses. O deputado Décio Góes (PT), presidente do Fórum Ítalo-Brasileiro da Assembléia Legislativa, e os deputados Reno Caramori (PP) e Serafim Venzon (PSDB) receberam uma comitiva de italianos que veio ao estado para um intercâmbio de oportunidades nas áreas cultural e econômica. O grupo já esteve na Argentina, no Rio Grande do Sul e em cidades do Sul catarinense, especialmente Laguna e Criciúma.

Luciano Luciani, presidente do Instituto Fernando Santi, da Sicília, Itália, presente em 22 países, disse que há intenção de estabelecer um acordo de cooperação entre Santa Catarina e a Itália, e revelou a intenção de consorciar um projeto de financiamento para a produção de cerâmica artística no Sul do estado. Ao diretor de Relações Industriais da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Henry Quaresma, Luciani falou da

importância do Senai na formação profissional dos que vão trabalhar no ramo de cerâmica artística. Quaresma, por sua vez, apresentou aos italianos um vídeo sobre as potencialidades do estado e ressaltou que várias empresas daquele país já atuam no estado, que ocupa a quarta posição nacional no setor industrial.

Ligação

Os parlamentares catarinenses destacaram os fatores que ligam Santa Catarina e a Itália. Entre eles, a grande imigração de italianos no século XIX, em especial no Sul catarinense, e os fatos históricos envolvendo Anita e Giuseppe Garibaldi. Um filme produzido no estado mostrou aos italianos um pouco da história desses personagens no Brasil.

Décio Góes, ao final do encontro, disse que a tarefa do Parlamento é criar oportunidades. "Estamos fazendo essa aproximação, abrindo portas para que governo e instituições possam desenvolver novas oportunidades entre catarinenses e italianos."

Deputados participam do ParlaSul

Os deputados Silvio Dreveck (PP) e Elizeu Mattos (PMDB) participaram, dia 22, em Curitiba, da reunião do Parlamento do Sul (Parlasul) presidida pelo deputado estadual Maurício Picarelli (PTB-MS). O encontro teve a participação de deputados dos quatro estados brasileiros que integram a entidade, além do Chile e técnicos.

Dreveck ressaltou como ponto alto do encontro a consolidação de uma agência do BRDE no Mato Grosso do Sul, aprovada pelos governadores na última reunião do Conselho de Desenvolvimento da Região Sul (Codesul).

A proposta de reativar as companhias habitacionais estaduais para fazer frente à demanda habitacional das famílias com menor poder aquisitivo, apresentada pelo Mato Grosso do Sul, foi aprovada pelos deputados.

Dreveck e Mattos comentaram a importância de se incentivar o corredor bioceânico central, como sendo uma poderosa alavanca no desenvolvimento do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai Bolívia e Venezuela. Para isso, são necessários alguns investimentos, entre eles a conclusão da BR-282, até a Argentina.

Aprovadas mudanças no Ministério Público

Projeto de lei complementar prevê reclassificação, criação e extinção de cargos na carreira do MP Estadual



Procurador-geral de Justiça, Gercino Gomes Neto, participa de reunião ordinária da Comissão de Finanças

Autorizada a criação de 45 cargos

O Projeto de Lei Complementar 45/07 prevê a criação de 45 cargos no quadro efetivo, para provimento através de concurso público.

Serão criados os cargos nas atividades de biólogo, geólogo, engenheiro sanitário, engenheiro agrônomo, analista de sistemas, contador, engenheiro

civil, arquiteto, designer gráfico, analista de geoprocessamento estatístico, oficial de diligência, motorista oficial II, técnico do Ministério Público, técnico contábil, técnico em informática, técnico em editoração gráfica, chefe de gabinete do procurador-geral.

Na Comissão de Finanças, o procurador geral de Justiça do

Ministério Público, Gercino Gerson Gomes Neto, debateu os PLCs com os parlamentares. Ele explicou que a proposta de elevação das comarcas resultou de decisão do colegiado de procuradores, com 18 votos favoráveis e 16 contrários às mudanças. "Mas, a partir da decisão do colegiado, passa a ser uma proposição do MP."

Fotos: Jonas Lemos Campos

O Plenário aprovou dia 28 dois projetos de lei complementares relacionados ao Ministério Público Estadual. Os PLCs 45 e 46/07 foram apreciados na manhã do mesmo dia, na Comissão de Finanças, presidida pelo deputado Jorginho Mello (PSDB).

O PLC 46/07 trata da elevação de Promotorias de Justiça e a reclassificação, criação e extinção de cargos na carreira do Ministério Público. Pela proposição, as Promotorias de Justiça de Criciúma, Itajaí, Lages e Tubarão, atualmente de entrância final, passam para entrância especial. Já as comarcas de São José, Palhoça, Balneário Camboriú e Jaraguá do Sul passam de entrância intermediária para entrância final. As comarcas de Joinville, Blumenau e Chapecó, de entrância intermediária vão para entrância final. E, ainda, a Comarca de Gaspar, passará de entrância inicial para

intermediária.

Pelo projeto, os atuais ocupantes dos cargos de Promotor de Justiça lotados nas promotorias de Justiça elevadas têm garantida a posição na carreira do Ministério Público e a permanência em sua atual lotação até futura movimentação funcional, respeitando-se, ainda, o direito de opção previsto no art. 141 da Lei Complementar nº 197/2000.

Desta maneira, ficam criadas no primeiro grau do Ministério Público 20 promotorias de Justiça de entrância especial e três promotorias de entrância inicial, distribuídas nas comarcas indicadas.

Serão criadas outras 20 promotorias de entrância especial e três de entrância inicial, lotados um promotor para cada Promotoria nas comarcas que tiverem mudança na condição de suas entrâncias.

Diabetes e exploração sexual

A deputada Ana Paula Lima (PT) teve aprovada duas iniciativas na Comissão de Finanças. A primeira autoriza o governo de Santa Catarina a instituir o Programa de Prevenção e Controle de Diabetes, através de diagnóstico precoce, nas crianças e

adolescentes matriculados na rede pública de ensino.

O outro projeto determina a fixação de cartazes com mensagens informativas que contribuam para coibir a exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes.

Embaixador da China visita Assembléia

O embaixador da China no Brasil, Chen Duqing, foi recebido, dia 27, na Assembléia Legislativa pelo deputado Silvio Dreveck (PP), presidente da Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia, e pelo deputado Jailson Lima (PT), que recentemente esteve em visita aquele país. Foram tratados temas relacionados à cultura, economia, esportes e relações comerciais.

O embaixador comentou que, mesmo Santa Catarina sendo um dos menores estados brasileiros em área territorial, tem se mostrado muito atuante, destacando-se como um dos maiores parceiros comerciais da China. Ele fez referência a empresas catarinenses, como a Weg, de Jaraguá do Sul, e a Embraco, de Joinville, que desenvolvem atividades comerciais com seu país, e salientou que a Sadia foi a pioneira, com a instalação de



Deputados Dreveck e Jailson Lima com o embaixador Duqing

uma churrascaria. Outro setor da economia catarinense que exporta para a China é o madeireiro.

Para Chen Duqing, existe muito mais mercado a ser explorado em seu país, já que as exportações brasileiras para a China representam apenas pouco mais de 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Porém, ele acredita que esta condição estará mudando em

breve. Chen comentou que duas vezes ao ano, em abril e outubro, são feitas missões empresariais ao seu país e citou a última, organizada pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), para realizar negócios. Foi discutida a possibilidade de viabilizar um curso de mandarim, língua oficial da China, através de convênio proposto pela Escola do Legislativo.

CCJ dá sinal verde para projeto que reduz IPVA para biodiesel

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou, dia 27, Projeto de Lei 05/07, do deputado Pedro Uczai (PT), com substitutivo global do deputado Narcizo Parisotto (PTB), alterando a Lei 7.543/88, que trata do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O projeto autoriza a redução do imposto em 50% para os carros movidos a B100. Esta é a denominação dos veículos adaptados para o consumo exclusivo de biodiesel, que não deve ter adição de qualquer outro combustível convencional. Assim, o deputado pretende incentivar o consumo desse tipo de combustível, diminuindo o custo da adaptação e da manutenção do veículo.

Agricultura discute Lei da Mata Atlântica

A regulamentação dos campos de altitude dentro da Lei da Mata Atlântica (Lei federal 11.428/06) foi, dia 26, o principal assunto na Comissão de Agricultura. Foram discutidos os critérios do Ministério do Meio Ambiente (MMA) quanto ao uso e conservação dos campos de altitude no Brasil. Em Santa Catarina, a proposta estabelece que áreas maiores que 50 hectares e acima de 850 metros de altitude são de preservação ambiental.

APROVADOS

Bancos deverão oferecer cadeiras de rodas



Odete: ótica da capacidade

A deputada Odete de Jesus (PRB) é autora do Projeto de Lei nº 478/07, aprovado pelo Plenário, que obriga as agências bancárias a dispor, gratuitamente, de cadeira de rodas para idosos e usuários com deficiência física e visual, assim como a fixação de avisos sobre essa providência. Odete enfatiza

que o Parlamento deve colaborar com a grande mudança de mentalidade, onde a pessoa portadora de deficiência física e visual passou a ser tratada sob a ótica da capacidade da deficiência.

Segundo dados estatísticos, os portadores de deficiência correspondem a 10% da população brasileira, algo em torno de 19 milhões de pessoas. “Embora a Constituição Federal, em seu artigo 5º, afirme que é garantido a todos os brasileiros a inviolabilidade do direito à igualdade, o fato é que, na prática, tal direito ainda não é conferido aos portadores de deficiência, pois são privados do acesso e uso de inúmeros locais públicos, como escolas, restaurantes, bancos, teatros e repartições públicas, devido ao descaso e à insensibilidade das autoridades constituídas e da própria sociedade”, argumenta.

Boletos de água, luz e telefone em Braille

Os portadores de deficiência visual também terão o direito de receber, sem custo adicional, os boletos de pagamento das contas de água, energia elétrica e telefonia confeccionados em Braille, alfabeto convencional cujos caracteres se indicam por



Natal: direito de consumidor

pontos em relevo. O Projeto de Lei nº 150/07, de autoria do deputado José Natal Pereira (PSDB), foi aprovado dia 27, estabelecendo que o usuário deve solicitar à empresa prestadora de serviço o seu cadastramento.

O parlamentar justifica que o Poder Público deve proporcionar os meios adequados para facilitar o acesso e a integração das pessoas portadoras de necessidades especiais em todos os setores da sociedade.

“Os portadores de necessidades especiais, no caso específico, deficientes visuais, têm direito, como consumidores, de conferir suas contas e de defender seus direitos, o que se tornará possível com a emissão dos boletos em Braille”, afirma o parlamentar tucano na defesa do projeto.

Linguagem de sinais nas agências



Elizeu: atendimento especializado

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 438/07, do deputado Elizeu Mattos (PMDB), na terça-feira (27), as instituições financeiras de Santa Catarina deverão disponibilizar atendimento especializado aos portadores de deficiência auditiva. O projeto obriga as instituições financeiras instaladas em municípios com mais de 30 mil habitantes a disponibilizar uma pessoa especializada no atendimento a portadores de deficiência auditiva, com conhecimento em Libras, linguagem de sinais utilizada pelos portadores de deficiência auditiva.

O estado tem atualmente 178 mil deficientes auditivos. O objetivo é garantir o acesso à cidadania, que fica comprometida para essas pessoas na medida em que dependem de outras pessoas para ter acesso às informações que poderiam melhorar sua qualidade de vida.

Mudanças para procuradores do Estado

A dispensa de ajuizamento de causas pelos Procuradores do Estado foi aprovada dia 27, através do Projeto de Lei nº 370/07, de autoria do Executivo. A partir de agora, os procuradores do Estado, no exercício de sua prerrogativa constitucional de representantes judiciais do Estado, poderão abster-se de propor ações nas causas, em face de um mesmo réu, de valor igual ou inferior a R\$ 1.800,00. A dispensa não será aplicada às causas relativas ao patrimônio imobiliário do Estado e às relativas à execução dos débitos inscritos em dívida ativa pela Fazenda Pública do Estado, que observarão critérios específicos.

Criado o Dia Estadual da Fibrose Cística

Com a aprovação do substitutivo global do deputado Cesar Souza Júnior (DEM) ao Projeto de Lei nº 378/07, de autoria do deputado Marcos Vieira (PSDB), fica instituído no calendário oficial de eventos de Santa Catarina o Dia Estadual de Divulgação, Prevenção e Combate à Fibrose Cística, a ser lembrado, anualmente, no dia 5 de setembro, Dia Nacional de Divulgação da Fibrose Cística. A proposta autoriza o Executivo e a Secretaria Estadual de Saúde a criar o programa relativo à data.

Seminários, aulas, palestras, concursos, cartazes



Marcos Vieira: combate

e outras mídias farão parte das comemorações alusivas ao Dia Estadual de Divulgação, Prevenção e Combate à Fibrose Cística.

Tissot, Cidadão Catarinense

Também de autoria do líder do PSDB, deputado Marcos Vieira, foi aprovado o Projeto de Lei nº 539/07, que concede o Título de Cidadão Catarinense a Alair Francisco Tissot. O homenageado chegou em Santa Catarina em 1968 para assumir a Gerência da Empresa Catarinense de Refrigerantes Ltda, fabricante de Coca-Cola para a região. No mesmo ano, tornou-se

sócio da empresa e assumiu o cargo de diretor-gerente. Ele foi responsável pela construção e inauguração da fábrica da Coca-Cola em Blumenau e em Chapecó.

Também foi o encarregado pela Concessão da Água Mineral Imperatriz, desde 1981. Além destas funções, o empresário fundou a ONG Floripa Amanhã, a qual preside.

Menor carga tributária para energia alternativa

Foi aprovada a redução da carga tributária do ICMS incidente sobre a saída dos módulos ou painéis fotovoltaicos e outros conversores de energia alternativa.

Para incentivar a geração de energia elétrica alternativa, o Projeto de Lei nº 485/07, da deputada Odete de Jesus (PRB), tem a missão de valorizar a opção solar, renovável e não poluente, visto que Santa Catarina é um estado pródigo nas condições essenciais para implementação da proposta.

Na justificativa do projeto, Odete diz que a falta de energia nas zonas rurais tem muitas vezes

agravado as disparidades regionais e sociais, contribuindo para o incentivo da migração dos homens do campo para os grandes centros urbanos.

“A substituição do chuveiro elétrico, vilão responsável pelo aumento da conta de energia das populações urbanas de baixa renda, pelo aquecimento solar, além de proporcionar redução de gasto ao usuário, propiciará significativa economia para a empresa concessionária, permitindo melhorar o perfil da curva de demanda, ao diminuir o pique das 18 horas”, informa.

Instituído Fundo de Impostos Oficiais

Foi aprovado dia 27 o Projeto de Lei nº 340/07, do Executivo, que fala sobre o Fundo de Materiais, Publicações e Impostos Oficiais. O fundo tem finalidade financiar programas e ações dos sistemas administrativos de Gestão de Materiais e Serviços e de Gestão Documental e Publicação Oficial da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

O Fundo de Materiais, Publicações e Impostos Oficiais fica subordinado às diretrizes e fundamentos da estrutura e cultura organizacional e ao modelo de gestão da

Administração Pública Estadual. Vai obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Os recursos do fundo serão aplicados na gestão da Lista Básica de Material e na aquisição de material permanente, de consumo e serviços para a Administração Pública, no investimento, na construção, ampliação e melhoria das instalações e equipamentos da Secretaria de Estado da Administração, e no desenvolvimento de sistemas administrativos e informatizados.

PLENÁRIO

Piriquito tem mandato efetivado

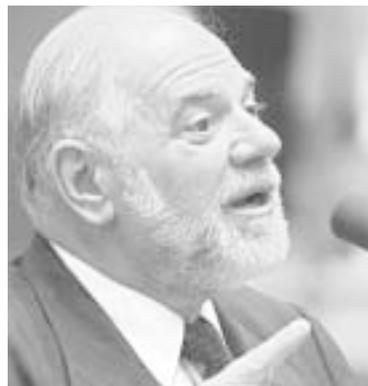
O deputado Edson Piriquito (PMDB) foi convocado pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), para tomar posse efetivamente de seu mandato. O ato aconteceu na sessão ordinária do dia 28 com a assinatura do termo de posse e compromisso.

Piriquito passa a ocupar o assento que pertenceu ao ex-deputado João Henrique Blasi (PMDB), que renunciou ao cargo na semana passada para assumir como desembargador na vaga destinada a OAB no Tribunal de Justiça.



Deputado Edson Piriquito assina termo de posse e compromisso

Grando representa a Assembléia em congresso ambiental em Bali



Grando: novo tratado ambiental

O deputado Professor Sérgio Grando, líder do PPS na Casa, viaja no início de dezembro à Indonésia, para participar, em Bali, de um congresso ambiental onde será discutido e negociado o novo tratado sobre meio ambiente. O foco do evento será a parte mais pobre do mundo, que soma 2,6 bilhões de pessoas. Grando foi escolhido delegado-observador nesse encontro por solicitação do Ministério das

Relações Exteriores.

Além disso, ele também será representante da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. O encontro se estenderá até o dia 15, com a participação de ambientalistas, cientistas e pesquisadores. As conclusões de todos os temas discutidos e as definições práticas farão parte de um relatório que o deputado irá redigir e apresentar ao Legislativo em seu retorno.

Onofre vai assumir secretaria no governo

A sessão ordinária da Assembléia Legislativa do dia 28 começou com um discurso emocionado do deputado Onofre Agostini (DEM). Prestes a assumir, no dia 4 de dezembro, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável, o parlamentar se despediu da Casa e de seus pares anunciando que vai assumir um novo desafio, aceito sob "apelo" da bancada e por não poder se furtar frente um convite do governador do Estado.

Onofre fez uma avaliação de sua vida pública, desde quando secretário municipal da Capital, prefeito de Curitiba, chefe de gabinete na Assembléia, deputado por cinco mandatos e presidente da Casa em duas oportunidades. "Aprendi neste Poder Legislativo a respeitar e muitas vezes concordar com aqueles que pensam diferente de mim. Agradeço a forma gentil com que sempre fui tratado e peço desculpas se em algum momento fui arrogante ou agi com intolerância. Sei que talvez tenha ofendido meus pares em algum momento, mas tenho humildade para pedir desculpas e para pedir ajuda para realizar esta nova função", discursou, não sem antes agradecer o governador Luiz



Onofre: novo desafio

Henrique da Silveira (PMDB) pelo convite.

Após seu pronunciamento, Onofre recebeu apoio incondicional da maioria absoluta do parlamento. Enalteceram suas experiência e competência os deputados Rogério Mendonça – Peninha, Antônio Aguiar, Elizeu Mattos, Renato Hinnig e Ada De Luca (PMDB), Serafim Venzon, Marcos Vieira, José Natal (PSDB), Darci de Matos (DEM), Sargento Amauri Soares (PDT), Professor Sérgio Grando (PPS), Ana Paula Lima, Jailson Lima, Pedro Baldissera (PT) e a deputada Odete de Jesus (PRB).

Projeto garante a economicidade no TJ

Aprovado Projeto de Lei n.º 362/07, de autoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que trata do cumprimento do princípio constitucional da economicidade, a suspensão dos processos de execução fiscal de valor inferior a um salário mínimo, a celebração de convênios com o Estado e os municípios.

Segundo o projeto, as execuções fiscais em andamento e as que vierem a ser aforadas, de valor inferior a um salário mínimo, serão automaticamente suspensas, intimando-se o Estado ou os municípios a requerer a reunião das ações de mesmo devedor, a extinção da execução ou manifestar o interesse no prosseguimento da execução, independentemente do valor executado.

O objetivo é descentralizar e desburocratizar a cobrança da dívida ativa. Para isso, o Tribunal poderá firmar convênio como Estado e municípios para instalar Unidade Judiciária Fiscal (UJF) junto ao setor de tributação do ente federativo.

Sopelsa condena veto gaúcho a gado de SC

A proibição da entrada de carga animal viva de Santa Catarina no Rio Grande do Sul foi repudiada pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB) durante a sessão ordinária do dia 28. O parlamentar explicou que o estado vizinho baixou uma portaria que regulamenta o trânsito de animais no estado. "É uma petulância o que o Rio Grande do Sul está tentando fazer com Santa Catarina", reclamou.

Sopelsa ressaltou que o Ministério da Agricultura baixou uma portaria que regulamenta o trânsito de animais em todo o país, a qual o Rio Grande do Sul está desobedecendo. O secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron, e o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) estão tentando buscar uma solução amigável para o impasse.

Alguns produtores tiveram que pagar R\$ 1,8 mil para obter uma liminar para transportar os animais. Entretanto, o deputado lembrou que a realidade é diferente, já que os pequenos proprietários não têm recursos disponíveis para o pagamento

de um advogado. "O Ministério da Agricultura tem que tomar alguma providência com relação a isso. O secretário quer conversar com o governo gaúcho, mas, se não for possível, tem que buscar na Justiça para fazer valer a Portaria", cobrou.

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) sugeriu a formação de uma comissão parlamentar para tentar resolver o problema. "Me proponho a fazer parte dela. Acredito que unidos poderemos resolver", acrescentou.



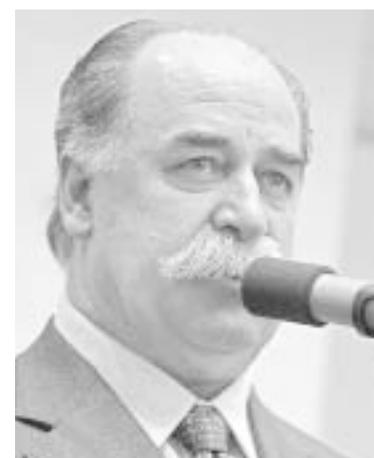
Sopelsa: repúdio em Plenário

Titon defende novo censo em Monte Carlo

Durante o mês de abril deste ano o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou seu censo, mas o número de habitantes em alguns municípios não coincidiu com o número de eleitores e de alunos matriculados. Na sessão ordinária do dia 28, o deputado Romildo Titon (PMDB) estranhou a diferença e exemplificou com o caso de Monte Carlo, Meio-Oeste do estado. Ele propôs uma ação conjunta da Assembléia Legislativa para que o instituto faça recontagem naquele local.

Titon explicou que os municípios que têm o número de eleitores reduzido passam a receber uma cota menor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). "No caso de Monte Carlo, a recontagem se faz necessária porque o município terá um prejuízo de R\$ 70 mil por mês, tendo seus recursos reduzidos de 0,8% para 0,6% sobre o FPM em consequência da queda no número de habitantes. Nenhum investimento com esse valor aportaria lá", ressaltou.

O prefeito de Monte Carlo, Antoninho Tibúrcio Gonçalves, entrou



Titon: recontagem em Monte Carlo

com um processo contra o IBGE na Justiça Federal, em Florianópolis, para que uma nova contagem seja feita e o número de habitantes seja condizente com o número de eleitores e estudantes matriculados do município.

De acordo com o parlamentar, os pesquisadores contaram 8.854 habitantes, mas só o número de eleitores chega a 6,6 mil e o de alunos matriculados alcança 2.956. "Outros municípios podem ser prejudicados. Precisamos conscientizar o IBGE", ponderou.

PLENÁRIO

Parlamentares defendem emendas de políticas públicas para mulheres

As deputadas Ana Paula Lima (PT) e Ada De Luca (PMDB) utilizaram a tribuna dia 27 para pedir apoio aos parlamentares da Casa na votação das emendas que garantem políticas públicas para as mulheres no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 e no Orçamento Estadual 2008.

Conforme a deputada Ana Paula, a bancada feminina da Assembleia apresentou cinco emendas ao PPA e ao Orçamento. Entre elas, destacou a que cria Centros de Referências para atender mulheres agredidas e seus familiares e a garantia de ações voltadas para a saúde da mulher. "As mulheres já contam com leis que lhes garantem proteção. Agora, temos que colocá-las em prática. É preciso dar um basta na violência contra a mulher", assinalou Ana Paula.

Defendendo a criação da Co-

ordenadoria Estadual da Mulher, a deputada Ada De Luca afirmou que o Estado está trabalhando nas políticas de valorização das mulheres, que representam mais da metade da população de Santa Catarina. "É tempo de investir na mulher. Por isso, venho reforçar o convite para que todos participem da grande Jornada Maria da Penha."

A jornada será realizada no Centro de Eventos de São José, no dia 1º de dezembro, e tem como meta difundir e valorizar a Lei 11.430, a Lei Maria da Penha, que prevê proteger e salvaguardar mulheres vítimas de agressões, além de prevenir atos violentos contra elas. "O principal atrativo do encontro será a presença da própria Maria da Penha, uma mulher de fibra, uma guerreira, que deu nome à lei e vai falar de sua experiência."

A professora Zuleika Lenzi falou da tribuna em nome de vários movimentos de defesa da mulher e reforçou o pedido das deputadas.

O Movimento pelo Fim da Violência contra a Mulher também teve espaço garantido na tribuna. Vera Fermiano sugeriu capacitação em direitos humanos para os servidores da Segurança Pública no atendimento



Ana Paula: leis em prática

às mulheres vítimas de violência.

Apoio

O deputado Marcos Vieira, líder da bancada do PSDB, elogiou a iniciativa das deputadas e afirmou: "É preciso alerta permanente para garantir os direitos femininos". Aproveitou o momento para comemorar a sanção do governador ao projeto de sua autoria contra a violência doméstica. A lei, que passa a vigorar a partir de sua publicação em Diário Oficial, autoriza regime especial de atendimento às mulheres vítimas de violência conjugal, para fins de emprego e renda, em Santa Catarina.

O deputado Gelson Merísio (DEM), relator do Orçamento Estadual 2008, disse que é grande apoiador das emendas. "Vamos fazer todo o possível para aprová-las", disse em aparte.



Ada: Jornada Maria da Penha

Fundação Catarinense de Neurologia pede apoio para hospital modelo

A Fundação Catarinense de Neurologia ganhou espaço na tribuna na sessão do dia 27 para pedir apoio para implantação de um hospital modelo. A participação na tribuna foi autorizada através de acordo de líderes com a presidência da Casa.

Representando a Fundação, Patrícia Montagner disse que a entidade sente há anos a falta de um ambiente apropriado para o atendimento a pessoas vítimas de transtornos neurológicos e psiquiátricos diversos. Saliu que os transtornos são de alta relevância no meio médico social, revelando a importância e necessidade da criação de uma instituição modelo para o atendimento, pesquisa e ensino das enfermidades neuroló-

gicas no Estado.

Segundo Patrícia, o objetivo da fundação é dotar Santa Catarina de um hospital modelo para prover assistência digna a todo indivíduo vítima de transtornos neurológicos, independente de seu status econômico-social.

"Queremos, além disso, desenvolver a pesquisa e o ensino das neurociências em nosso país, cujo nível atual, nós sabemos, é incipiente. Nossa sugestão é que o Centro Catarinense de Neurologia seja implantado no Hospital Santa Teresa, unidade pertencente à Secretaria de Estado da Saúde, localizada no município de São Pedro de Alcântara", revelou.

Ao falar sobre a proposta da

fundação, Patrícia solicitou o apoio do Legislativo catarinense para que a idéia saia do papel e vire realidade em Santa Catarina.



Patrícia: apoio do Parlamento

[GABINETES]

PLANTAS MEDICINAIS

Uma edição especial da revista de Ciências Agroveterinárias da Udesc, intitulada *Plantas Mediciniais: recursos naturais para o bem-estar da humanidade* foi lançada na terça-feira (27), na Assembleia Legislativa. O evento teve palestra do médico argentino Jorge Ruben Alonso sobre o exemplo da inclusão de plantas medicinais no sistema de atenção primária de saúde na Argentina. A partir da aprovação, em 2006, pelo governo Federal, das políticas nacionais de plantas medicinais e fitoterápicos, e de práticas integrativas e complementares pelo SUS, que inserem as plantas medicinais no sistema público de saúde, o interesse pelo setor vem crescendo.

O projeto da revista é da Udesc, em parceria com a Associação Catarinense de Plantas Mediciniais, e financiado por um edital do Programa Cultura e Pensamento do Ministério da Cultura. A revista será distribuída gratuitamente e socializa informações sobre as plantas medicinais e o que está acontecendo de atual nas várias pesquisas sobre o tema.

O lançamento teve apoio do deputado padre Pedro Baldissera, que desenvolve o projeto *Farmácia Natural Itinerante*, com o especialista na identificação e no cultivo de plantas medicinais, Alésio dos Passos. (Cássio Turra, assessor do deputado Estadual Padre Pedro Baldissera)

SEGURANÇA PÚBLICA

Uma reunião entre representantes dos praças da Polícia e Bombeiro Militar, policiais civis e agentes prisionais, na Assembleia Legislativa, no dia 28, definiu a retomada das mobilizações conjuntas para cobrar do governo do Estado o pagamento integral da Lei Complementar 254/2003 para os servidores da Secretaria de Segurança Pública. Foi decidido realizar uma manifestação na primeira quinzena de dezembro. Até 30 de novembro, os presidentes da Associação de Praças (Aprasc), do Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Pública (Sintrasp) e do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público (Sintesp) vão reunir seus colegiados para definir a data.

Ficou definido também enviar uma carta dirigida aos representantes do setor turístico estadual informando que se o governador Luiz Henrique da Silveira não abrir um canal de negociação com os servidores, o serviço de segurança da Operação Veraneio vai ficar comprometido. O documento vai denunciar a precariedade da segurança pública em Santa Catarina e os riscos que o não cumprimento da Lei 254 poderá trazer ao incremento dos negócios durante o Verão. Na segunda-feira, 3 de dezembro, os representantes vão convidar a imprensa para apresentar uma proposta de pagamento da Lei 254. (Alexandre Brandão, assessor do deputado Sargento Amauri Soares)

BARRAGENS NO RIO CHAPECÓ

Por requerimento do deputado estadual Dirceu Dresch (PT), a Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa vai debater a construção das barragens no Rio Chapecó, região Oeste do estado. A audiência pública será realizada no dia 6 de dezembro, às 14 horas, no Salão Paroquial de Coronel Freitas. O debate conta com o apoio de várias entidades e tem o objetivo de esclarecer projetos e discutir as conseqüências para a população, especialmente os agricultores familiares, dos municípios a serem atingidos pelas barragens das usinas hidrelétricas projetadas ao longo do Rio Chapecó.

Estão sendo convidados a participar da audiência o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Eletrosul, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável, Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), prefeituras e câmaras de vereadores dos municípios abrangidos pelos projetos. Devem participar também entidades ligadas à agricultura familiar e aos atingidos por barragens. (Edson Junckes, assessor do deputado Dirceu Dresch)

COMUNIDADE

Sem falta de água e luz na temporada

Casan, Celesc e Eletrosul selam compromisso, em audiência pública, mas admitem dificuldades em Florianópolis



No Norte da Ilha, um dos endereços preferidos pelos turistas, o abastecimento de água é um dos mais afetados com aumento da demanda na temporada

Não vai faltar água nem energia elétrica em Florianópolis durante os meses de verão. A garantia é da Casan, Celesc e Eletrosul, que estão trabalhando juntas. E mais que isso, contam com a ajuda da população no uso racional dos serviços. Um panorama geral das perspectivas da temporada foi desenhado na audiência pública realizada na noite dia 28, pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia, presidida pelo deputado Silvio Dreveck (PP).

A audiência foi realizada a pedido do deputado Cesar Souza Júnior (DEM) fazendo radiografia das ações das empresas para evitar problemas no fornecimento. Cesar Júnior sugeriu o encontro temendo que o aumento de turistas em Florianópolis durante a temporada possa causar transtornos. A distribuidora de energia descarta qualquer risco de "apagão" como o de 2003, mas alerta para

possíveis cortes no sistema em caso de sobrecarga nas linhas de transmissão.

O diretor da Celesc, Carlos Alberto Martins, informou que devem ocorrer alguns desligamentos nos locais de maior sobrecarga. O problema é que isso poderá interferir no sistema de distribuição de água e de tratamento de esgoto, uma vez que cada hora sem energia exige dois dias para restabelecimento dos serviços da Casan na região afetada.

A expectativa da Celesc é de aumento de 5% no consumo no Reveillon e o Carnaval, mas que para isso fez investimentos de R\$ 26 milhões. Já o presidente da Casan, Walmor de Luca, destaca que a maior dificuldade estará localizada no Norte da Ilha. "Nas demais regiões a água será fornecida normalmente, com o suporte que vem de Santo Amaro da Imperatriz. Porém, se a temporada mantiver a média de visitante de 2006/2007,

não deverá faltar água", concluiu.

Capacidade

Para evitar atropelos e garantir um verão tranqüilo, o parlamentar sugeriu que seja realizada pesquisa sobre a sua capacidade de Florianópolis. Mesmo com o fornecimento de água e energia estáveis, ele defendeu o incentivo ao uso racional através de campa-

nhá publicitária. Participaram da audiência os deputados Ada De Luca (PMDB) e Professor Sérgio Grandó (PPS), o presidente da Casan, Walmor De Luca, o diretor comercial da Celesc, Carlos Alberto Martins, e o gerente da Divisão de Construção da Eletrosul, Iranildo Nunes de Albuquerque Júnior. Também estiveram na audiência representantes de comunidades, sindicatos e associações.



Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia promove discussão

De Luca defende sistema veneziano

O presidente da Casan, Walmor De Luca, lembrou que o problema do abastecimento de água é vivido no mundo inteiro. Levando em consideração as características geográficas de Florianópolis, situada numa ilha, ele sugeriu a adoção de um sistema como o de Veneza.

A partir de um estudo de capacidade, quando o número máximo de visitantes é alcançado, ninguém mais entra nos canais da cidade. Muitos turistas ficam aguardando, fora da cidade, que outros saiam para poderem entrar e se hospedar nos hotéis. Para De Luca, a capital catarinense poderia adotar esse sistema também.

Um dos problemas mais sérios em Florianópolis é que os recursos hídricos locais atendem apenas a 30% do consumo. A água precisa vir de longe, na divisa de Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, tendo de percorrer 35 quilômetros para chegar à Ilha. "Nosso problema é o Norte da Ilha, que tem a sua população duplicada. Mas vamos destinar água de outras adutoras para essa área", informou.

O gerente da Celesc, Carlos Martins, apresentou balanço de investimentos de obras da empresa, como a construção de subestações e ampliações e melhorias. A garantia de que não haverá contratemplos no fornecimento inclui a participação da Eletrosul. Para 2009, ela vai trabalhar no aumento da capacidade da subestação de Biguaçu, utilizando cabo submarino para levar energia para a Ilha.

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



Lucas Marcelo

Nascido em 19/09/1995
Desaparecido em 21/04/2006
Cidade: São Paulo - SP



Daniel Pereira dos Santos

Nascido em 28/11/1992
Desaparecido em 24/10/2006
Cidade: São Paulo - SP



Darly Katleen de Souza

Nascida em 16/06/1992
Desaparecida em 10/02/2005
Cidade: São Paulo - SP



João Pedro Lourenço Drumond

Nascido em 22/01/1999
Desaparecido em 02/11/2002
Cidade: Belo Horizonte/MG